

1 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
2 BELO HORIZONTE – CMAS/BH

3
4 **Ata da 99ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos oito de novembro de 2006, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587
8 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 99ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência
9 Social – CMAS/BH. A presidente Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a reunião fazendo a
10 leitura das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Vanessa Villareal Nascimento;
11 José Gomes de Azevedo; Terezinha Aparecida Costa; Gesiene Carvalho Barros; Maria Angélica
12 de Sales Dias; Jurema Luzia Ribeiro Pereira; Valéria Silva Cardoso; Mário Delavy; Rosemary
13 Araújo Torres e Nelly Costa Bittencourt, Léa Lúcia Cecílio Braga e Maria do Carmo Villamarim.
14 Em seguida, Sandra Regina apresentou os pontos de pauta: 1) Discutir a Proposta de
15 Implantação dos NAF's em Belo Horizonte, principal deliberação das duas últimas Conferências
16 Municipais, do ponto de vista das dificuldades apresentadas, hoje, por alguns, em relação a sua
17 estruturação; 2) Discutir a mudança de destinação do recurso financiado de um Centro de
18 Passagem utilizado pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS na
19 qualificação dos serviços da própria rede. 3) Discutir e avaliar as Mensagens e Comunicados
20 da SMAAS, enviados ao Conselho. 4) Avaliação do Processo Eleitoral para mudança da
21 representação da Sociedade Civil para o Biênio 2007-2008. Logo após, Sandra solicitou que
22 fossem apresentados os destaques para alterações nas duas atas que foram reenviadas aos
23 conselheiros, sendo a Ata da 98ª Plenária Ordinária do dia 11/10/06 e a Ata da 14ª Plenária
24 Extraordinária do dia 25/10/06. Discutidas as modificações e correções apresentadas pelos
25 conselheiros presentes com relação a Ata da 98ª Plenária, a mesma foi colocada em votação e
26 aprovada com 21 votos e 1 abstenção. Em seguida foram apresentados os destaques e
27 discutidas as modificações e correções em relação a Ata 14ª Plenária Extraordinária, a mesma foi
28 colocada em votação e aprovada com 22 votos e 1 abstenção. A presidente Sandra Regina
29 solicitou a inversão na discussão de um dos pontos de pauta em função de ter representantes do
30 Fórum de Abrigos na plenária, sendo que o Fórum teria uma reunião marcada com o segmento
31 mais tarde. A solicitação foi acatada pela plenária a inversão do ponto de pauta. Logo após
32 Sandra leu o 1º ponto de pauta – Discutir a mudança de destinação do recurso financiado de um
33 Centro de Passagem utilizado pela SMAAS na qualificação dos serviços da própria rede. Sandra
34 informou que este ponto foi colocado e discutido na Comissão de Financiamento e depois
35 pautado na reunião da Mesa Diretora. Informou que o Conselho solicitou da Secretaria
36 informações sobre a não criação do equipamento (Centro de Passagem) que este Conselho
37 havia deliberado. Sandra acrescentou que foi no momento da renovação dos convênios junto a
38 Secretaria que a rede de Abrigos tomou conhecimento do fato de que a sobra de recursos de
39 janeiro a maio de 2006 seria utilizado na qualificação dos serviços da própria rede. No entanto, o
40 Fórum de Abrigos não concordou e trouxe para ser discutido esta questão no Conselho. Após as
41 considerações iniciais, Sandra passou a palavra para a representante da SMAAS, Denise de

42 Magalhães Matos da Gerência de Proteção Especial para suas considerações. Denise informou
43 que em 2004 foi constituído um grupo de trabalho para discutir a reformulação Política de
44 Abrigos, que resultou em um documento que contém propostas objetivando qualificar os serviços.
45 Informou que em função de uma reunião política com o Prefeito de Belo Horizonte foi tirado a
46 necessidade de construção de dois centros de passagem. A partir deste fato a rede de abrigos
47 ficou preocupada porque o que contém este documento, comentado anteriormente, construído
48 por todo o movimento, é o indicativo da construção de um centro de passagem. Informou que no
49 começo deste ano a Prefeitura de Belo Horizonte recebeu uma ação civil pública, e que a partir
50 daí foi feita uma avaliação para verificar avanços e desafios com relação à questão. Como
51 consequência foi feita uma reestruturação interna da Secretaria e que essa avaliação foi muito
52 importante para qualificar essa discussão junto ao Juizado e ao Ministério Público. Essa
53 avaliação apontava que os Centros de Passagem não só atendiam crianças e adolescentes com
54 trajetória de vida nas ruas mas também autores ou não de ato infracional, com ou sem medida
55 sócio educativa. A partir desta constatação foi tirado um grupo técnico composto por: Secretaria
56 Municipal Adjunta de Assistência Social, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude,
57 Secretaria Estadual de Defesa Social e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Informou
58 que esse grupo trabalhou durante um período concluído que: o reordenamento que resultou
59 desse estudo apontou a necessidade de um lugar para atender esse outro perfil de público, que
60 não é da responsabilidade da Prefeitura e sim da responsabilidade do Estado. Denise finalizou
61 dizendo que a Proposta de Reordenamento da Política de Abrigo da Rede Conveniada com a
62 PBH foi apresentada ao Fórum de Abrigos há um mês. Em seguida Mônica Tófani da SMAAS
63 apresentou uma Proposta de Reordenamento da Política de Abrigos – Rede Conveniada com a
64 PBH 2006. Mônica fez a leitura do documento e informou que foram 3 reuniões do grupo
65 constituído. Falou que as propostas foram elaboradas conforme os Eixos de Gestão da Política
66 de Acolhimento Institucional – Abrigos e seus objetivos. Falou dos Eixos de Gestão e Objetivos,
67 sendo: I – Encaminhamento/Acolhimento; II – Acompanhamento e III –
68 Reinserção/Desinstitucionalização. Apresentou a justificativa falando sobre a necessidade de
69 aprimoramento de critérios do perfil do público e fluxos interinstitucionais que assegurem o
70 atendimento à criança e ao adolescente com trajetória de vida nas ruas nos Centros de
71 Passagem, equipamento sob gestão municipal, para atendimento em período estimado de 3
72 meses. Falou também da necessidade de revisão de fluxos que também assegurem o
73 atendimento ao público em trânsito, em conflito com a lei e/ou em cumprimento de medida e sob
74 ameaça/risco de morte, demandantes de atenção em serviços de gestão do Estado. Mônica
75 acrescentou que os recursos correspondentes à sobra de per capita até maio/06 (metas não
76 utilizadas em parceria) – R\$449.746,18, dentro do Eixo de Acompanhamento à Rede
77 Conveniada, corresponde a proposta de reordenamento da rede de abrigos por faixa etária: 0 a 6
78 anos, 7 a 12 anos e 13 a 18 anos seriam em duas modalidades de atendimento: Abrigos – risco
79 pessoal/social e Centro de Passagem – Trajetória de vida nas ruas, além de prevê a abertura de
80 chamamentos ou remanejamentos para 3 unidades, totalizando R\$243.979,58. Falou da
81 necessidade de caracterizar o perfil de público encaminhados para os Centros de Passagem,
82 uma vez que existem equívocos no equipamento do público atendido. Enfatizou ser importante

83 fazer a discussão da qualidade e de nivelar a discussão entre a ótica do Juizado e Ministério
84 Público. Essa Comissão vai afinar esses critérios. Falou que o Fórum de Abrigos tem interesse
85 em participar dessa Comissão e que a Secretaria irá chamar em ocasiões específicas para fazer
86 este diálogo e escutar os representantes de abrigos. Finalizou dizendo ser importante a
87 participação dos Conselhos da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente em
88 fazer uma cobrança ao Estado no sentido de que o mesmo assuma este público. Logo após,
89 Sandra fez algumas considerações dizendo que quanto ao reordenamento dos abrigos o Fórum
90 de Abrigos trilha na mesma direção; colocou que em maio de 2006 o Fórum não foi chamado e
91 que apesar dos repasses terem sido atualizados, existem ainda lacunas que precisam ser
92 sinalizadas e construídas coletivamente. Em seguida, Sandra abriu para as considerações do
93 plenário. A representante do Lar da Fraternidade Irmão Fábio, Maria Lúcia da Cruz Sanches falou
94 sobre as condições de funcionamento do abrigo onde trabalha e disse que nunca foram
95 chamados para as discussões principais que antecedem a elaboração da proposta de
96 reordenamento dos abrigos. Perguntou de onde foram calculados o custo técnico dos serviços.
97 Questionou também se os valores apresentados na proposta foram calculados com base em
98 estudos de custos. A representante da Ação Social Obreiros Mirins, Maria Luísa Coelho Padilha,
99 disse que existem algumas coisas que não são levadas em consideração por quem está na
100 execução dos serviços e que por isso dificilmente pode dar certo da forma que está sendo
101 proposta. Ela fez alguns questionamentos, tais como: - para onde serão encaminhados esse
102 público do Centro de Passagem? – como não precisa de um 4º ou 5º Centro, se hoje há super
103 lotação nos outros? – como será trabalhada a ressocialização da criança do Centro de Passagem
104 com anos de trajetória de vida nas ruas, se até hoje não foi apresentado nenhum projeto político
105 – pedagógico para poder efetivamente ressocializar esta criança em 3 meses? Finalizou dizendo
106 ser importante que esta política seja discutida com os abrigos, principalmente com o Centro de
107 Passagem e acrescentou ainda, como garantir qualidade sem recurso financeiro suficiente para
108 essa qualidade, enquanto política de proteção. O representante do Centro de Passagem da Casa
109 Dom Bosco, Padre Dário Ferreira da Silva disse estar muito preocupado com a situação dos
110 meninos e meninas que necessitam de atendimento, pois já não sabe mais aonde recorrer. Falou
111 da situação específica de funcionamento da sua entidade que vem enfrentando diversos
112 problemas no atendimento dos usuários e questionou se de fato com 3 meses dá para fazer
113 alguma coisa por esse público atendido. Perguntou também quais são as perspectivas de
114 reajuste para o próximo ano para garantir a qualidade no atendimento. Logo após, Mônica Tófani
115 disse estar representando a política enquanto servidora pública comprometida com a causa,
116 representando a Secretaria e também a fala consistente da rede. Disse que não estamos aqui só
117 para falar unilateralmente, mas falar do lugar de quem coordena e tem que expressar as
118 demandas de quem são parceiros na gestão dessa política. Disse que a rede foi escutada apesar
119 de não estar fisicamente na Comissão em que os coordenadores da política fazem a discussão.
120 Leu algumas propostas tiradas como prioridade que estão nesse documento. Falou que estão
121 encaminhando um processo de capacitação para melhorar o atendimento de como atender
122 usuários com trajetória de vida nas ruas. Mônica informou também que abriram este ano um
123 grupo de reflexão e sensibilização para do lugar da assistência fazer a discussão com os

124 dependentes químicos. Disse que foi aberta 12 vagas e articulado com a AMAS que já tem
125 experiência. Hoje o grupo está funcionando bem e tem 6 participantes. Em relação ao que deve
126 ser feito com o público ameaçado de morte, Mônica disse que a expectativa é que o Conselho
127 manifeste ao Conselho Estadual para que a Secretaria Estadual se posicione a respeito, pois de
128 acordo com Mônica, os Conselhos também tem a função de serem propositivos. Em seguida,
129 Sandra passou para o Conselheiro Márcio Almeida Dutra, membro da Comissão de
130 Financiamento, a apresentação do próximo ponto de pauta – Discutir e avaliar as Mensagens e
131 Comunicados da SMAAS. Márcio apresentou o resumo da reunião da Comissão de
132 Financiamento do dia 07/11/06 e disse que em relação aos comunicados que os conteúdos
133 sejam melhores explicitados, tais como: explicar a origem do recurso, a destinação do recurso e
134 informações sobre a modalidade dos serviços contemplados com per capita antes e depois do
135 remanejamento ou ampliação de metas. Disse que os esclarecimentos solicitados à Secretaria
136 através da Comissão de Financiamento estão na direção do que a Comissão vem discutindo.
137 Apresentou parecer favorável da Comissão em relação aos Comunicados: 1º) Remanejamento
138 de 108 per capita da Entidade Centro Comunitário Metodista para a Entidade Fundação
139 Metodista de Ação Social e Cultural, perfazendo o valor mensal de R\$3.240,00 para executar
140 atendimento do Programa de Socialização Infanto-juvenil. 2º) Comunicado relativo a ampliação
141 de 60 per capita para a Fundação Movimento Direito e Cidadania, totalizando R\$1.152,00
142 oriundos do ROT, que passará a receber 610 per capita perfazendo valor mensal de
143 R\$11.712,00, sendo que 3.264,00 (do PAIF/UNIÃO) e R\$8.448,00 do ROT para executar o
144 atendimento aos Grupos de Convivência da Terceira Idade. O 3º) Comunicado foi referente ao
145 remanejamento da Entidade Centro Comunitário Metodista no valor anual R\$35.359,00 para
146 execução de cursos de qualificação profissional, para as entidades: - Centro de Educação
147 Comunitária Sagrado Coração de Jesus (R\$17.500,00); Grupo de Desenvolvimento
148 Comunitário/GDECOM (R\$11.040,00) e Projeto Providência Vila Maria (R\$6.819,00). Foi
149 apresentado também a justificativa para o remanejamento proposto e os esclarecimentos ao
150 Conselho relativo a este Comunicado, que trata do remanejamento de recursos do Centro
151 Comunitário Metodista para outras entidades. O 4º) Comunicado foi referente o remanejamento
152 do recurso da entidade Associação da Promoção Humana Divina Providência para as Obras
153 Sociais de Nossa Senhora de Pompéia no valor anual de R\$20.604,00 para execução de
154 recursos de qualificação profissional. Em seguida foram referendados pela plenária os
155 comunicados. Com relação ao Relatório de Visitas Técnicas realizadas na Obra Social Madre
156 Gertrudes, Márcio informou que a Comissão de Financiamento em reunião do dia 07/11/06 fez as
157 seguintes observações e encaminhamentos: “A Comissão concluiu que não havia o atendimento;
158 que a SMAAS deu um prazo para que a entidade se adequasse; que os relatórios da entidade já
159 haviam indícios de problemas da entidade com relação aos atendimentos previstos pelo
160 convênio”. Márcio informou que a Comissão de Financiamento irá encaminhar a discussão para a
161 Mesa Diretora e fez a leitura das recomendações: “que a SMAAS proceda no corte do convênio
162 com a entidade; remanejamento imediato das 80 per capita; ressarcimento do recurso gasto;
163 levantamento no sentido de verificar indícios de outros casos que apresentem defasagem entre
164 per capita e atendimento real”. Informou também que caso a meta não seja alcançada deverá

165 haver um remanejamento das per capita ociosas (conforme relatório) ou suspensão do repasse
166 desses recursos. Solicitou que fosse feita uma amostragem sobre as visitas técnicas para a
167 Comissão de Financiamento debater com a Mesa Diretora. Logo após, Sandra finalizou este
168 ponto encaminhando para ser discutido na Mesa Diretora o Relatório da Obra Social Madre
169 Gertrudes, uma vez que não precisa ser aprovado. Em seguida, Sandra passou para a discussão
170 do próximo ponto de pauta – Discutir a Proposta de Implantação dos NAF's em Belo Horizonte,
171 principal deliberação das duas últimas Conferências Municipais, do ponto de vista das
172 dificuldades apresentadas, hoje, por alguns em relação a sua estruturação. Sandra passou a
173 palavra para a Conselheira Edna Lúcia Andrade do Carmo Pinto. Edna informou que este foi um
174 ponto de pauta solicitado por ela, representante atual de usuários da Região Norte, que ao fazer
175 um balanço da última Conferência na Região Norte, constatou que nada havia sido implementado
176 do ponto de vista da principal deliberação das Conferências anteriores, que se relacionam com a
177 estruturação e expansão do equipamento NAF em Belo Horizonte. Falou das condições de
178 funcionamento inadequadas e precárias em relação ao único NAF da Região Norte que funciona
179 dentro de um galpão coberto com telha de zinco, com cerca de arame farpado, segurança
180 trancado e que a sala de atendimento aos usuários utilizada pelo técnico não é um local
181 adequado e não permite o sigilo das informações coletadas durante o atendimento, causando
182 uma situação constrangedora. Edna disse que a partir daí resolveu visitar outros NAF's para
183 verificar aspectos do funcionamento e tentar saber o porquê de alguns NAF's possuírem uma boa
184 estrutura de funcionamento e outros no caso da Norte (que é uma das regiões mais vulneráveis
185 de BH) funcionar tão precariamente. Edna cobrou da SMAAS a justificativa para tanto descaso
186 com o equipamento da Região Norte e solicitou que a Secretaria apresentasse ao Conselho um
187 levantamento/Balanço do cumprimento das principais deliberações dos últimos anos. Logo após,
188 a Conselheira Darci Maria de Sousa Vilaça, também representante da SMAAS apresentou uma
189 contextualização geral do processo de implantação dos NAF's em BH. Informou que com a
190 habilitação plena de BH, o município foi contemplado com mais 5 NAF's e explicou como se deu
191 esse processo. Informou sobre os critérios de expansão e ampliação dos NAF's na rota do BH
192 Cidadania e acrescentou que esses NAF's seriam provisórios, pois o espaço do BH-Cidadania
193 será construído com o financiamento do BID. Acrescentou que um outro critério para a abertura
194 de NAF's hoje em Belo Horizonte seria através do OP das regionais. Darci também informou que
195 no OP Digital tem obras nas Regionais para espaços de BH Cidadania para serem aprovados.
196 Logo após, Adriana Dânia Nogueira da Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação da
197 SMAAS discorreu sobre a proposta de territorialização de todo o município dentro do critério da
198 Política Nacional de Assistência Social - PNAS com preocupação se estendendo à questões que
199 se relacionam com a universalização do atendimento de todas as famílias em situação de
200 vulnerabilidade social do município. Informou que a determinação do Governo Federal, no
201 geoprocessamento dos dados da população são importantes na definição dos territórios e na
202 definição do número de famílias referendadas para cada CRAS (5.000 famílias). A conselheira
203 Edna Lúcia solicitou que a Secretaria apresentasse aqui no Conselho o que realmente foi
204 implantado das deliberações das duas últimas Conferências. Solicitou também que a Secretaria
205 possa buscar soluções para as deficiências e precariedades do NAF da Região Norte para

206 melhorar suas condições de atendimento. Darci colocou que esta discussão será feita com a
207 Regional Norte, principalmente a questão do espaço físico assim como a precariedade do corpo
208 técnico do mesmo. Logo após, Sandra encaminhou que fosse feito para a Secretaria um ofício
209 remetendo as duas solicitações feitas pela Conselheira Edna referente ao Balanço da
210 implantação das deliberações das duas últimas conferências e também quais seriam as
211 providências que serão tomadas pela Secretaria para solucionar as deficiências e precariedades
212 do NAF da Região Norte. O último ponto de pauta referiu-se a Avaliação do Processo Eleitoral
213 para mudança da representação da Sociedade Civil para o Biênio 2007-2008. Sandra informou
214 que ontem dia 07/11 foi realizada a Assembléia Setorial da Oeste e que os dois conselheiros
215 eleitos foram o Sr. Ildeu e Maria Bayão. Logo após, Domingos Sávio de Araújo, Secretário
216 Executivo do CMAS/BH, que participou com Sandra de uma reunião ampliada em Venda Nova
217 disse que na região constata-se uma certa desmobilização tendo em vista as dificuldades na
218 condução do processo eleitoral. Acrescentou que em função dessa desorganização,
219 desinformação e desmobilização do CRAS e das CLAS na região, a representante de usuário,
220 Maria Aparecida Pereira Penido fez uma denúncia ao Conselho sobre o processo eleitoral da
221 Norte, informando que o mesmo estaria comprometido. A conselheira Maria Aparecida Pereira
222 Penido informou que as reuniões das CLAS em Venda Nova não são permanentes, acontecendo
223 hoje, em decorrência do Processo Eleitoral. Sávio informou que participou da reunião ampliada
224 dos CRAS com Sandra, onde a organização do Processo Eleitoral foi criticada por quase todas
225 as lideranças locais e esta situação, até certo ponto constrangedora, foi a tônica de toda reunião.
226 Sandra informou que pautaram essa denúncia na reunião da Mesa Diretora para que o CMAS e
227 SMAAS pudessem tomar providências no sentido de qualificar melhor o Processo Eleitoral de
228 Venda Nova e ainda dar um suporte mais consistente na Assembléia Regional já agendada. Logo
229 após Sandra informou que o Conselho recebeu um convite do Sr. Jorge Raimundo Nahas para
230 participar da solenidade do mês da Consciência Negra em BH, onde o objetivo é promover o
231 debate sobre os avanços e desafios das políticas de Promoção da Igualdade Racial. A
232 solenidade será no dia 10/11/06 às 19:00 horas no Colégio Imaco. Nada mais havendo, eu Kátia
233 Rochael Rodrigues, 2ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a
234 presente ata. Belo Horizonte, 08 de novembro de 2006.